

ADMINISTRAÇÃO

Farra e verba pública

PATRICIA ARANHA

Viagens à Bahia, carne para churrasco, cerveja, gasolina e até a instalação de som em carro de vereador. Tudo isto está sendo pago com dinheiro público em Ribeirão das Neves, uma das mais pobres cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde 23% da população de 300 mil habitantes é formada por indigentes, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas. Os 14 vereadores da cidade têm conseguido mais que dobrar o salário de R\$ 4,77 mil, graças a uma verba indenizatória de R\$ 5,5 mil, que vem sendo paga sem exigência de comprovação fiscal e a R\$ 1.908 mil por quatro reuniões extraordinárias, o que somam R\$ 12.178 mil. Na semana passada, o prefeito Wallace Andrade (PSB) sancionou projeto de lei aprovado por unanimidade pelos vereadores que tenta "regulamentar" a verba o que, segundo o promotor Fabrício José da Fonseca Pinto, não passa de uma "excessância". Para o Ministério Público, a verba continua ilegal.

A Promotoria de Defesa do Cidadão ajuíza esta semana uma ação civil pública por prática de improbidade administrativa e uma ação penal pública por crime de peculato contra os vereadores, exigindo que os recursos desviados em 2005 e 2006 sejam ressarcidos aos cofres públicos. Questionam também o recebimento mensal de R\$ 1.908,00 por quatro reuniões extraordinárias. Por lei aprovada pelos próprios ve-

O vereador
Vicente Paulo
Loffi apresenta
notas de valores
altos da padaria
que pertence
à sua esposa,
Nelise Loffi

readores, há apenas duas reuniões ordinárias por mês: sempre nos dias 10 e 25.

A maior parte dos recursos da verba indenizatória que deveria ser usada para custear a atividade parlamentar é gasta com combustível. Há casos como o da vereadora Maria Lúcia Alves Dias que apresentou apenas um recibo de um posto de gasolina localizado no bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, sem valor fiscal, para justificar toda a verba gasta no mês de maio de 2005 (R\$ 5,5 mil). "O desvio é tão fácil de ser cometido que os vereadores nem se importam em despistar", comenta o promotor Fabrício José da Fonseca.

O promotor Fabrício Ferragini, que auxilia nas investigações iniciadas pelo MP em janeiro de 2006 e que resultaram em seis volumes de inquérito, aponta "outras aberrações", como a nota fiscal de um açou-

gue da cidade, apresentada pelo vereador Célio Eustáquio da Fonseca para justificar despesa de R\$ 1.494,80. Nela, consta a compra de 230 quilos de carne. Os promotores não ouviram os vereadores porque segundo eles, as provas documentais são muito fortes.

Há também depoimentos que comprovam a ação ilícita, como o do ex-assessor do vereador João Oliveira Lemos (PSC), Natanael Albino da Silva. Ele declarou ao MP que recebeu ordens do vereador para obter "notas de vendas" de um posto de gasolina. Como não sabe escrever, Natanael pediu a dois amigos - Alcides e Tinieu - que preenchessem os recibos com "placas inventadas de veículos e com valores aleatórios". Natanael informou ainda que questionou o vereador porque considerou "errado" o procedimento, mas este teria lhe dito que "precisava das notas para conseguir dinheiro da Câmara". O depoimento de Natanael foi confirmado por outros dois depoentes. Em outubro do ano passado, Lemos justificou os R\$ 5,5 mil com recibo de uma viagem de dois dias a Salvador.

ASSESSORES Os vereadores não podem, por força de lei aprovada pela própria Câmara, ter assessores, mas acabam dando um jeito para pagá-los com a verba indenizatória. Um procedimento comum, comprovado no depoimento de alguns assessores, é dar um recibo de aluguel de carro para comprovar o gasto.

Promotor Fabrício José da Fonseca está investigando o desvio de dinheiro público feito pelos vereadores

